



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - FASA
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO
DISCIPLINA: MONOGRAFIA
PROFESSOR ORIENTADOR: SOLANO NASCIMENTO

PRISCILA REGINA LIMA DE FARIA PAIVA GARCIA
RA 20463047

**A exploração sexual na mídia: as fontes do *Correio
Braziliense* e da *Folha de S.Paulo***

Brasília
2008

PRISCILA REGINA LIMA DE FARIA PAIVA GARCIA

A exploração sexual na mídia: as fontes do *Correio Braziliense* e da *Folha de S.Paulo*

Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Centro Universitário de Brasília -UniCEUB, orientado pelo Prof. Solano Nascimento.

Brasília
2008

PRISCILA REGINA LIMA DE FARIA PAIVA GARCIA

A exploração sexual na mídia: as fontes do *Correio Braziliense* e da *Folha de S.Paulo*

Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Centro Universitário de Brasília - UniCEUB.

Brasília, junho/2008

Banca Examinadora

Prof. Solano Nascimento
Orientador

Prof. Sidney Volkmann
Examinador

Prof^ª. Ana Paula Ferrari
Examinadora

AGRADECIMENTO

Primeiramente devo agradecer a Deus, o autor e consumidor de todas as coisas. Graças a Ele cheguei à reta final. Aos meus pais pela força e ao meu esposo pela paciência e compreensão. E claro, não poderia esquecer do meu orientador, Solano Nascimento, pela sabedoria e capacidade que tem de ser este profissional de excelência.

RESUMO

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (ESCCA) é um assunto complexo, sobre o qual o leitor precisa da informação correta da imprensa para debater e refletir sobre o assunto. Decidi fazer esta pesquisa por que a sociedade tem dificuldade de encarar esse tema e, até mesmo identificá-lo, visto que muitos confundem a exploração com abuso sexual e outros tipos de violência contra as crianças e adolescentes. A pesquisa é basicamente uma reflexão sobre a cobertura feita pelos jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S.Paulo* sobre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes ESCCA no ano de 2007. Reportagens desses dois jornais foram analisadas a partir de critérios apontados pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) para uma boa cobertura sobre o tema, com busca por fontes recomendadas. Ao final se concluiu que a maior parte das matérias analisadas não seguem esses critérios, por não procurar as fontes consideradas pela Andi como ideais para uma boa cobertura.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	6
2 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	7
3 - A EXPLORAÇÃO SEXUAL NA MÍDIA	11
4 - METODOLOGIA.....	13
5 - ANÁLISE DOS DADOS	16
5.1 Correio Braziliense.....	16
5.2 Folha de S.Paulo	21
6- AVALIAÇÃO DOS DADOS	28
7- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	26
ANEXO - A.....	27
ANEXO – B.....	36

1. INTRODUÇÃO

Quando o assunto é Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA), logo o pensamento se associa à seguinte pergunta: como a criança ou o adolescente é levado a viver assim?

São os profissionais da área de jornalismo que têm a responsabilidade de oferecer à sociedade essa informação confiável e contextualizada. Desafiador é o trabalho desse profissional. Quando a matéria trata de aspectos relacionados ao problema da ESCCA, a responsabilidade é ainda maior, exige um tratamento diferenciado por parte de repórteres e editores.

O fortalecimento dessa cobertura na agenda das redações brasileiras vem atrelado a um amplo processo de mobilização em torno do tema. Em 1996, por exemplo, mais de 120 representações de países, além de organismos internacionais e organizações não-governamentais, se reuniram durante o I Congresso Mundial de Combate à ESCCA, na Suécia. A segunda edição do evento aconteceu cinco anos depois no Japão. Cerca de 130 nações estiveram presentes.

No Brasil houve marcos decisivos para o aumento da visibilidade do tema: a implementação em 1997 do serviço Disque Denúncia Nacional e a criação, em 2000, do dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, comemorado no dia 18 de maio.

Mesmo com avanços em conhecimentos sobre a ESCCA, a cobertura da mídia brasileira deixa a desejar. Critérios de avaliação apontados em guia da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) foram usados nesta pesquisa que pretende mostrar como o *Correio Braziliense*, o jornal de maior circulação em Brasília, e a *Folha de S.Paulo*, o de maior circulação nacional, tratam esse assunto.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O “corre-corre” do jornalista à procura de fontes seguras, muitas vezes por conta do tempo, se alia à rotina, que, para Jorge Pedro Sousa (2002), é algo mecanicista de produção, atitude comum do profissional que opta sempre por fontes acessíveis.

Com frequência os jornalistas caem na subordinação dos canais de rotina e, para Sousa, a grande dependência da matéria prima informativa que os órgãos de comunicação jornalística têm em relação a determinadas fontes gera pelo menos quatro conseqüências.

1) acesso socialmente estratificado aos *news media*; 2) utilização dos *news media* para difusão de enunciados oriundos das agências de relações públicas e de assessoria de imprensa, de outras organizações ou até de determinadas pessoas; 3) utilização freqüente da informação de agência, muitas vezes em detrimento da produção própria, o que traz, por conseqüência, uma diminuição da polifonia democratizante em favor da uniformidade; e 4) impossibilidade de substituição das fontes institucionais sob pena de parar o fluxo de matéria-prima. Por todas estas razões, as rotinas transformaram-se, a meu ver, num poderoso inimigo da abertura democrática, e polifônica dos órgãos jornalísticos ao público em geral. (SOUSA, 2002, p. 51)

Para Tuchman (apud SOUSA, 2002, p. 50), os jornalistas que fizerem da rotina os seus modos de processamento de notícias são valorizados pelo seu profissionalismo. Ao cair na rotina, diversas organizações obtêm notícias semelhantes. Para Sousa (2000), essa semelhança poderá dar a sensação de que, se todos os jornalistas fazem igual, é porque a forma como tal jornalista fez está correta, gerando uniformidade nos produtos informativos em circulação, o que não traz nada de bom à democracia, que vive da diferença e dos consensos que se geram apesar dessas diferenças.

Antes de analisar as conseqüências da rotinização, Traquina cita três considerações sobre a importância das fontes de informação para melhor eficácia no trabalho jornalístico. Primeiro, o relacionamento entre o jornalista e a fonte é sagrado e protegido por lei: a Lei de Imprensa concede o direito ao jornalista de, que mesmo em tribunal, não revelar a identidade da sua fonte de informação. A quebra do sigilo profissional por parte do jornalista é um ato grave. (TRAQUINA, 1999)

Segundo, o jornalista sabe que as fontes não são desinteressadas. Para poder acreditar na fonte é preciso que esta prove a credibilidade. As melhores fontes são aquelas que os jornalistas confiam. (TRAQUINA, 1999)

Terceira consideração: também no campo jornalístico opera a convenção da credibilidade da autoridade, seguindo pois o raciocínio: quanto mais alta a posição do informador melhor é a fonte. Algumas pessoas, pela posição que ocupam, sabem mais que outras, daí devem ter acesso a mais fatos e, então, sua informação em principio é mais correta. (TRAQUINA, 1999)

Traquina baseia-se nessas três considerações e tira a conclusão de que as pessoas com maior autoridade, essas que têm contatos com os jornalistas e que com tempo provam sua credibilidade com os profissionais, são as mais favorecidas no processo de produção de notícias.

Identificadas as considerações sobre as fontes de informação, Traquina compreende que uma das conseqüências da dependência sobre os canais de rotina é que nem todas as fontes são iguais na sua capacidade de ter acesso aos meios de comunicação, o acesso aos *media* é um bem estratificado socialmente. (TRAQUINA, 1999)

No seu estudo sobre a catástrofe na costa da Califórnia, nos Estados Unidos, em 1969, Molotch e Lester (apud TRAQUINA, 1999, p. 173) descobriram que os responsáveis do governo federal e os porta-vozes das empresas petrolíferas tiveram mais acesso aos *media* do que os ecologistas. Concluíram: produção de notícias não pode ser entendida fora da economia política da sociedade dentro da qual ela é produzida. O acesso predominante do governo federal e das empresas petrolíferas reflete o verdadeiro poder desses atores.

De acordo com Traquina (1999, p. 173) “[...] outros agentes sociais não têm acesso regular aos meios de comunicação social. Uma conseqüência lógica: esses devem incomodar para que os seus acontecimentos tornem a ser notícia.” Nas palavras de Molotch e Lester (apud TRAQUINA, 1999, p 173), eles devem tornar-se notícia forçada, transformando de uma maneira ou de outra o arranjo das notícias, criando um efeito de surpresa, um choque ou uma forma violenta de desordem. Assim, aqueles que não têm praticamente nenhum poder

devem perturbar a ordem social para incomodar as formas habituais de produção de acontecimentos.

Para Traquina (1999), outra consequência dessa dependência nos canais de rotina é que, quando as fontes e os jornalistas fazem parte da mesma rotina de forma regular, eles estabelecem uma interdependência facilitando a fuga de informações, nomeadamente o lançamento de balões de ensaio. (TRAQUINA, 1999)

Traquina fecha a terceira consequência afirmando que uma parte significativa das notícias produzidas tem como base fontes que são profissionais no negócio de lidar com o campo jornalístico, como os profissionais de relações públicas, conhecendo bem a mecânica do trabalho jornalístico, nomeadamente: 1) a necessidade da matéria fornecida (os *press releases*) assumir certas formas e seguir certas convenções; e 2) o reconhecimento que um *timing* cuidadoso da informação divulgada pode influenciar não só a cobertura mas também o conteúdo da notícia publicada. (1999, p.173):

Traquina conclui as consequências dizendo que é precisamente esta dependência nos canais de rotina que leva o autor Michael Schudson (apud TRAQUINA, 1999, p. 173) a descrever o processo de produção de notícias como normalmente uma questão de representantes de uma burocracia apanhando notícias pré fabricadas de representantes de outra burocracia.

A utilização rotineira das fontes “oficiais” poupa o trabalho de investigação com profundidade facilitando a manipulação. O *deadline* tedioso atrapalha a produção jornalística, porém os profissionais deixam a desejar aderindo a essa rotina do tempo, como explica Nelson Traquina:

Controlado pelo relógio, dedicado ao conceito de atualidade, obcecado pela pergunta o que há de novo?, o jornalista e as empresas jornalísticas para as quais trabalham dão, sobretudo, importância ao objetivo de produzir as notícias sobre os acontecimentos mais recentes. E na resposta aos seis servidores habituais do *lead* noticioso, os dois como? porquê? que mais carecem de explicação são precisamente aqueles que o leitor quer da notícia e menos encontra. Exigir isso é talvez pedir demasiado a estes profissionais inundados pela cheia de acontecimentos e assediados pela hora do fecho. (1999, p 176)

Para Mauro Wolf, a exposição dos problemas relativos às fontes divide-se em duas partes: a primeira, referente às fontes propriamente ditas, e a segunda, às agências de informação. (WOLF, 1985).

Wolf tem a mesma visão que Traquina e afirma que as fontes não são iguais e todas igualmente relevantes, assim como o acesso a elas e o seu acesso aos jornalistas não está uniformemente distribuído. Wolf também defende a tese de poder das fontes:

[...] aqueles que detêm o poder econômico ou político podem facilmente, ter acesso aos jornalistas e são acessíveis a estes; aqueles que não têm qualquer poder, mais dificilmente se transformam em fontes e não são procurados pelos jornalistas até as suas ações produzirem efeitos noticiáveis enquanto moral ou socialmente negativos. (1985, p. 224)

3. A EXPLORAÇÃO SEXUAL NA MÍDIA

Nos últimos anos não foram poucos os casos de exploração sexual comercial que ganharam repercussão em vários noticiários. Sabemos que lidar com a exploração sexual de crianças e adolescentes é uma tarefa complexa (ANDI, 2007, p. 11).

Essa grave forma de violência que afeta milhares de meninos e meninas em todo mundo é alimentada por uma ampla combinação de fatores, entre os quais podemos citar a desigualdade econômica, a desigualdade entre sexos, a impunidade e a omissão do Estado. No entanto, mais do que um cenário de aumento puro e simples, os casos trazem estatísticas que revelam uma expansão no volume de denúncias registradas. Tal conceito pode ser associado ao fato do pacto de silêncio e tabu estarem sendo progressivamente desconstruídos (ANDI, 2007).

Não resta dúvida de que a imprensa brasileira passou a ter um importante papel neste contexto. Porém, cabe perguntar com quais limites os profissionais têm se deparado ao lidar com essa realidade tão complexa. “O fato do assunto seguir ganhando mais espaço e qualidade na pauta das redações não significa, entretanto, que a cobertura não apresente limites ou equívocos”. (Andi, 2007, p. 9).

Um dos aspectos que merece atenção é a constante presença de abordagens com foco sensacionalista. Deve-se evitar também o uso de imagens inadequadas com a possível exposição de vítimas. Essa falta de cuidado na apuração de notícias contribui para o processo que os especialistas chamam de revitimização, situação na qual a criança ou adolescente é levado a reviver suas experiências de exploração (ANDI, 2007)

É necessário reforçar que a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente citam exatamente esse tipo de cuidado, ao qual os jornalistas não se atentam.

Quando a mídia informa a sociedade de forma errônea, não só o leitor é prejudicado, mas também, a ineficiência de autoridades públicas no enfrentamento da violência sexual é atingida. Então se abrem brechas para a atuação dos exploradores, aumentando a sensação de impotência da sociedade e das famílias dos vitimados.

Tais dificuldades vivenciadas por profissionais ao abordar a realidade da ESCCA estão relacionadas aos próprios limites de uma cobertura centrada muitas vezes no ato violento em si. Ir além dos aspectos factuais das notícias é, por sinal, o principal desafio dos profissionais, trazendo para os leitores enfoques que discutam o problema enquanto fenômeno social. (Andi, 2007)

Muitas vezes, é somente por meio da imprensa que a população toma conhecimento de serviços de relevância pública ou direitos que precisam ser acessados e/ou demandados. Os profissionais do jornalismo têm uma enorme responsabilidade social: levar para todos os cidadãos informações contextualizadas. Infelizmente esta realidade não faz parte do trabalho da imprensa brasileira. (Andi, 2007)

Não é difícil imaginar, portanto, os impactos de uma cobertura abrangente e qualificada sobre o fenômeno da ESCCA.

4. METODOLOGIA

Cada vez mais as redações brasileiras vêm pautando as questões relacionadas à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA).

A Agência de Notícias dos Direitos da Infância – (Andi), publicou em 2007 o primeiro guia de referência para melhor cobertura jornalística com orientações de fácil manuseio, com vistas a uma cobertura mais qualificada sobre temas de agenda social brasileira, em especial aqueles relacionados aos direitos de crianças e adolescentes. Essa primeira edição tem como tema a ESCCA. Segundo a Andi, o profissional leitor do guia de referência poderá fazer cobertura diferenciada das outras:

O presente documento, vale destacar, não tem pretensão de esgotar os inúmeros enfoques que podem ser utilizados no trabalho cotidiano da redações, quando a Exploração Sexual entra em pauta. Mas, nos conteúdos apresentados, o leitor ou leitora encontrará alguns parâmetros específicos, amparados pelos preceitos que a Andi acredita serem referência para uma cobertura diferenciada. (Andi, 2007 p. 6)

Na pesquisa foi adotado o guia como referência para analisar o *Correio* e a *Folha*. Neste trabalho, foi analisado o uso de cinco fontes consideradas pela Andi: como ideais para uma boa cobertura do tema:

Conselho Tutelar – trata-se de um órgão formado por pessoas preparadas para fiscalizar o descumprimento dos direitos fundamentais às crianças. Além de defender, o órgão zela pelo cumprimento destes direitos.

Autoridades da área de Saúde – são profissionais como médicos, enfermeiros e profissionais do ramo que podem confirmar maus-tratos contra crianças e adolescentes. É através dos profissionais da saúde que muitas vezes chegam informações ao Conselho Tutelar.

Ministério Público – é um órgão composto por promotores que trabalham na área da Infância e da Juventude. São eles que recebem os inquéritos concluídos pela polícia e procedem a denúncia à Justiça da Infância e da Juventude.

Estatuto da Criança e do Adolescente - lei de proteção ao adolescente e à criança.

Acompanhantes das vítimas – Trata-se de profissionais como: psicólogos, psiquiatras, sociólogos, antropólogos, assistentes sociais e outros que podem oferecer aos jornalistas análises amplas e novos enfoques para temática da violência sexual.

As matérias foram selecionadas por meio de busca em bancos de dados, na internet pelo site dos jornais. A expressão utilizada foi “exploração sexual”. Depois, foram retiradas do corpus as matérias com essa expressão que não se referiam a crianças e adolescentes. Por último, foram deixadas de fora as matérias que tratavam também de abuso sexual. Assim, o corpus da pesquisa passou a ser a totalidade das matérias publicadas pelo *Correio e Folha* em 2007 cujo tema tenha sido a exploração sexual de crianças e adolescentes para fins comerciais. Esse corpus compreende 12 reportagens:

Título/Correio	Data da publicação
Câmara aprova projetos contra exploração sexual	11 de maio
Exploração sexual é mal combatida	16 de maio
Prostituição nas rodovias	19 de maio
Presos por exploração sexual.	1 de junho
Dois encontros com prefeito.	2 de junho
Ligações comprometedoras	5 de junho
Denúncia contra 23 acusados	11 de junho
PM liderava rede de prostituição infantil	11 de agosto

Título/Folha	Data da publicação
Café é fechado por suspeita de prostituição	1º de setembro
No Rio, crianças se prostituem por R\$ 2	10 de outubro
Fortaleza terá área tradicional revitalizada	4 de dezembro
Ação policial vaza e boates escapam de blitz	1º de dezembro

5. ANÁLISE DOS DADOS

5.1-CORREIO BRAZILIENSE

Câmara aprova projetos contra exploração sexual

No ano de 1993 a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) percorreu todas as regiões do Brasil visitando 22 Estados. O relatório final sugere o indiciamento de cerca de 250 pessoas, entre políticos, empresários, magistrados, líderes religiosos e esportistas. (Andi, 2007)

Muitos dos pedidos sequer saíram do papel, alguns dos envolvidos em crimes sexuais denunciados foram processados, mas inocentados ou condenados e soltos após habeas corpus, outros ocupam cargos no governo. Além das denúncias, o relatório também apresentou diversas propostas para aprimorar as políticas públicas de atenção às crianças e aos adolescentes e para mudar a atual legislação no que diz respeito aos crimes sexuais cometidos contra meninos e meninas. (Andi, 2007 p. 73)

No dia 11 de maio de 2007, o *Correio* pauta o trabalho feito por 159 deputados e senadores desde 1993. O Estatuto da Criança e do Adolescente aparece na matéria para identificar ao leitor o que mudou na legislação:

[...] Passa a considerar crime qualquer tipo de comércio de fotos imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo crianças e adolescentes incluindo a divulgação na internet. Pelo projeto, será punido com pena a reclusão de dois a seis anos, além de multa, para quem portar, comprar, apresentar produzir, vender, fornecer, divulgar ou publicar pornografia infantil.[...] (Correio, 11/05/2007, p.21)

A matéria cita o disque-denúncia, porém, não informa o número de ligação gratuita. De acordo com a deputada Maria do Rosário, é importante que “[...] as pessoas saibam, a exploração sexual e a prostituição de crianças e adolescentes é crime. É uma grande vitória do Brasil ter disque-denúncia nacional e gratuito, que qualquer pessoa pode ligar [...].(Correio, 11/05/2007, p. 21)

Exploração sexual é mal combatida

A matéria do dia 16 de maio, “Exploração sexual é mal combatida”, relata a dificuldade do Estado brasileiro em atuar no combate à violência sexual. A matéria mostra muito bem o que acontece com trabalhos que são feitos pelo Estado que, no final, não têm o resultado satisfatório.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Federal que apurou a exploração sexual infantil mostra que apenas duas pessoas estão presas das 80 denunciadas em 17 estados, isso em 2004. De 29 acusados, apenas sete chegaram a ser condenados. Em 25 casos, sequer foi aberto inquérito. A matéria mostra uma série de pesquisas feitas pela comissão, porém sem grandes resultados. (Correio, 16/05/2007, p. 12).

No segundo parágrafo dessa matéria caberia a participação de uma autoridade de saúde. Nenhum dos cinco critérios foram encontrados na análise. A matéria tem entrevista com o advogado Renato Roseno, que chama de calvário o processo pelo qual passa uma criança ou adolescente vítima de exploração sexual.

“As vítimas de abuso e exploração sexual que chegam a fazer denúncia passam pela rota do trauma. O calvário começa com o relato da agressão no conselho tutelar e a repetição da história na Delegacia, Instituto Médico Legal (IML), e no posto de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS), até que seja prestado o depoimento no Judiciário [...] (Correio, 2007, p. 12)

Outras aspás que aparecem na matéria são da Senadora de Patrícia Saboya, representante da frente do Senado. Ela disse ao repórter que a Justiça e o governo não priorizam casos que se tratam de crianças vítimas de crimes sexuais. (CORREIO, 2007).

Juntamente com o governo e a Justiça, a imprensa também não prioriza casos que tratam de crianças. O repórter sequer procurou o Conselho Tutelar para saber, por exemplo, porque em 75% dos 5.562 municípios brasileiros com população abaixo de 20 mil habitantes, não existe qualquer tipo de atendimento especializado.

Prostituição nas rodovias

Mais uma matéria de denúncia sobre o aumento de pontos de exploração sexual novamente registra números alarmantes. O primeiro parágrafo informa:

Os mais de 60 mil quilômetros de estradas federais do Brasil escondem uma triste estatística. Espalhados pela malha rodoviária nacional 1.918 pontos servem para exploração sexual "[...]. São quase 700 pontos a mais que o ano passado, o levantamento foi realizado pela Polícia Rodoviária Federal (PRF). (CORREIO, 2007)

Os problemas de exploração sexual analisados no Correio são sempre os mesmos: aumento das estatísticas e cidades que não são beneficiadas com órgãos de atenção à criança e ao adolescente. Inclusive as fontes também não mudam. Esta matéria busca fontes como de Patrícia Saboya, com novos projetos para solucionar o caso. Feita a análise, nenhum critério foi encontrado.

Presos por exploração sexual

No dia 1º do mês de junho o jornal Correio Braziliense trouxe a primeira matéria do mês com o assunto exploração sexual no caderno de Cidades. A matéria trata de um escândalo que aconteceu na cidade de Niquelândia - GO, onde 24 suspeitos estiveram envolvidos no caso de exploração sexual, incluindo o prefeito da cidade.

A reportagem banaliza o problema expondo uma das adolescentes envolvidas: "Uma das meninas vítimas da exploração contou, em depoimento, que fez sexo oral com o prefeito em troca de R\$ 150 reais" (Correio, 2007, p.25).

A Andi chama isso de estigmatizar a pessoa vitimada, uma matéria sensacionalista em suas abordagens. Além de focar a matéria na exibição do horror, é desnecessária esta descrição da violência sexual. Para que narrar minuciosamente o ocorrido?

Uma nota no rodapé da página traz a opinião absurda do advogado de defesa: "Portanto, meus clientes que admitiram a prática do sexo com essas garotas, que parecem mulheres, fisicamente, não cometeram crime" (Correio, 2007, p.25).

No canto da página a direita o Correio mostra um pequeno box com o crime de exploração sexual previsto em lei.

Nesta matéria, apareceram duas fontes sugeridas pela Andi: Conselho Tutelar e ECA. O caso começou com a investigação feita pelo órgão que cobre o menor, e a legislação foi exposta no canto da página.

Dois encontros com prefeito

No dia seguinte, o depoimento e todo o esquema de exploração que ocorria na cidade de Niquelândia foi detalhado: quem participou de qual encontro, onde e como foi. O Correio teve acesso aos volumes de documentos elaborados pela Polícia Civil e Ministério Público, outra fonte sugerida pela Andi.

Ligações comprometedoras

No dia cinco, outra matéria do Correio tem cunho sensacionalista. Onde estão as fontes? O texto informa ao leitor quantos reais foram gastos em ligações e quantas vezes a menor teve relações sexuais com o prefeito.

Na mesma página, um box feito pela redação do Correio mostrou dados sobre o Dia Mundial Contra Agressão Infantil, saídos da Sociedade Internacional de Prevenção ao Abuso e Negligência na Infância (Sipani).

"[...] cerca de 12% da 55,6 milhões de crianças menores de 14 anos são vítimas de alguma forma de violência doméstica no Brasil. O número corresponde a média de 18 mil crianças por dia. Os números se tornam mais preocupantes quando se juntam à avaliação do Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef), dados da instituição mostra que 80% das agressões físicas contra crianças e adolescentes são causadas por parentes próximos[...]". (Correio, 2007, p. 24)

No mesmo box existem ainda informações do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, que também denuncia a gravidade do problema sobre a agressão física que, em alguns casos, está em conjunto com a exploração.

Comemorado um dia antes da matéria, o Dia Mundial Contra a Agressão Infantil sequer foi pautado no Correio. A equipe de repórteres poderia fazer uma matéria com os cuidados que a família deve tomar e o que fazer quando existirem casos de exploração na família.

No último parágrafo do box, é informado pelo repórter que, caso uma criança seja vítima, pode ser encaminhada ao Conselho Tutelar ou para o Ministério Público.

Denúncia contra 23 acusados

Este caso de ESCCA em Niquelândia, foi mostrado também no dia 11 para informar aos leitores que oito dos 23 acusados estavam foragidos da Justiça. Essa foi a quarta e última matéria sobre esse crime de exploração sexual. Nas matérias dos quatro dias, apareceram três fontes sugeridas pela Andi.

PM liderava rede infantil de prostituição infantil

Um policial militar e uma mulher com o suposto nome de Sandra comandavam uma rede de prostituição. Essa é mais uma matéria fruto da denúncia do Ministério Público. Segundo a denúncia, Adelino e Sandra recebiam os lucros da prostituição das jovens e utilizavam violência e ameaças para que elas não abandonassem a rede. De acordo com MP, eles agiam da seguinte maneira: a mulher tomava conta das meninas e o PM cuidava de tarefas administrativas, como despesas de transportes, e chegava a cobrar multas das jovens quando elas descumpriam suas ordens.

O sensacional toma conta de poucos parágrafos. Além de serem abusadas sexualmente, as meninas eram mantidas em cárcere privado. Os promotores conseguiram autorização da Justiça para gravar ligações telefônicas. As conversas entre o PM Adelino e Sandra mostram que as garotas sofriam maus-tratos.

Em uma das gravações, Sandra diz que deixou as meninas presas em um quarto e recebe a aprovação de Adelino: "Estou pedindo a elas pra levantar e elas ficaram deitadas. Não tem nada pra comer, tranquei a porta e desci". E o PM responde: "Então tá bom, deixa elas trancadas acabou". Em outra gravação, Adelino manda multar uma das garotas: "Escuta só, pode falar que não gostei, trezentos reais pra cada uma" (Correio 2007)

É identificada nessa matéria uma rede de prostituição. A análise feita pelo critério, marca somente o MP que aparece como denunciador.

5.2 - FOLHA DE S.PAULO

Café é fechado por suspeita de prostituição

No dia 01 de setembro de 2007 a Folha publicou esta matéria: "[...] Grupo de Operações Especiais (GOE), da polícia civil, e o Ministério Público juntamente com a prefeitura do Ipiranga fechou o Café Millenium, na zona sul de São Paulo" (FOLHA, 2007)

A reportagem local conta a "batida" que a equipe faz nas noites de São Paulo em busca de boates que usam o estabelecimento para fazer o uso de exploração da prostituição.

O curioso acontece no quinto parágrafo. A reportagem não especifica se as mulheres presas foram adolescentes, crianças ou adultas. O Café Millenium, flagrado na "batida", já havia sido interditado em 2005 como conta o repórter: "[...] Em setembro de 2005, o Café Millenium havia sido interditado por supostamente violar o Estatuto da Criança e do Adolescente por exibir conteúdo sexual em outdoors." (FOLHA, 2007)

O repórter escreveu a matéria sem foco na ESCCA. Faltou ser mais objetivo, porém, marcou o critério MP como fonte, por mais uma vez fazer parte da investigação.

No Rio Crianças se prostituem por R\$ 2

Uma repórter da sucursal do Rio cobriu essa matéria, publicada no dia 10 de outubro no caderno Cotidiano. Ela apresentou dados sobre a ESCCA: 223 crianças e adolescentes cariocas são exploradas por quadrilhas especializadas em 30 pontos da cidade.

"[...] As vítimas têm entre 10 e 17 anos, a exploração atinge jovens do sexo masculino e feminino. O mapeamento também indica os dias e os horários em que se prostituem. A maior parte é explorada à noite, no centro e na zona norte. Segundo o secretário municipal de Assistência Social, Marcelo Garcia pela localização, não envolve turismo sexual e sim pedofilia." (Folha, 2007)

De acordo com a análise, a matéria marcou dois critérios: fontes do MP, que mais uma vez investiga o caso, e acompanhantes da vítima.

Ação policial vaza e boates escapam de blitz

A matéria do dia 1º de dezembro conta que "[...]uma mega-operação feita pela Polícia Civil de São Paulo ao combate a prostituição infantil e o tráfico de mulheres não foi bem sucedida, os principais alvos dos policiais, as casas noturnas suspeitas de favorecer a prostituição foram avisados com antecedência." (Folha 2007)

Ao ler a matéria têm-se a impressão que o repórter acompanhou de perto a mega-operação feita na cidade. Não se vê fontes que possam qualificar essa reportagem como preocupada com a ESCCA.

Fortaleza terá área tradicional revitalizada

A reportagem da agência Folha em Fortaleza, apurou mais um caso de exploração. No dia 04 de dezembro no caderno Cotidiano a matéria mostra um problema na praia de Iracema, abandonada pelo poder público, que se tornou uma região depredada pelo turismo sexual. As áreas de bares e restaurantes são usados para ESCCA.

Kamila, reporter do jornal *Folha de S.Paulo* conta que essas áreas serão desapropriadas e deverão ser ocupadas por equipamentos turísticos e outros projetos. A única fonte entrevistada foi a arquiteta coordenadora do projeto. A ESCCA não foi explorada com importância na matéria.

As tabelas a seguir mostram as matérias resultados da análise de presença de fontes indicadas pela Andi:

6. AVALIAÇÃO DOS DADOS

As tabelas a seguir mostram as matérias os resultados, da análise de presença de fontes indicada pela Andi.

TABELA Nº1

Fontes do *Correio*

Matérias	Conselho Tutelar	Autoridade de saúde.	Ministério Público	Estatuto da Criança e do adolescente.	Acompanhante das vítimas
Câmara aprova projetos contra exploração sexual.					X
Exploração sexual é mal combatida.					
Prostituição nas rodovias					
Presos por exploração sexual	X			X	
Dois encontros com prefeito			X		
Ligações comprometedoras.					
Denúncia contra 23 acusados			X	X	
PM liderava rede de prostituição infantil.			X		

Como se vê, nenhuma matéria do Correio apresentou todas as fontes indicadas e só uma teve duas dessas fontes. Em três matérias, de um total de oito nenhuma fonte indicada pela Andi foi encontrada.

TABELA Nº2

Fontes da *Folha*

Matérias Folha	Conselho Tutelar é fonte.	Autoridade de saúde é fonte.	Ministério Público é fonte.	É usado o Estatuto da Criança e do adolescente.	Existe acompanha mento às vítimas.
Cafê é fechado por suspeita de prostituição.			X		
No Rio crianças se prostituem por 2 R\$.			X		X
Ação policial vaza e boates escapam de blitz.					
Fortaleza terá área tradicional revitalizada.					

Metade das quatro matérias da Folha não apresentaram nenhuma das cinco fontes indicadas. O número máximo de tipos de fontes encontradas foi dois, em uma única matéria.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa foi analisar matérias publicadas pelo Correio Braziliense e Folha de S.Paulo, sobre exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

O estudo mostrou que, das 12 matérias que integraram o corpus, nenhuma ouviu o total de cinco tipos ideais de fontes indicados pela Andi para essa cobertura. Cinco destas doze matérias não apresentaram um único tipo.

A cobertura ainda enfrenta graves desafios. O problema é focado como um ato de violência somente. É aí que a reportagem não rompe ao procurar fontes qualificadas. Isso mostra o quanto a imprensa ainda precisa avançar no tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDI. Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - Guia de referência para a cobertura jornalística 2007.

SOUSA, Jorge Pedro. Teorias da notícia e do jornalismo. Florianópolis: Editora Argos, 2002.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são. 2ª ed. Florianópolis: Editora Insular, 1999.

WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. Lisboa: Editora Presença, 1985.

ANEXO A – MATÉRIAS DO CORREIO BRAZILIENSE

Matérias publicadas no ano de 2007 e analisadas segundo critério de avaliação apontados pela Andi.

ANEXO B – MATÉRIAS DA FOLHA DE SP

Todas publicadas no ano de 2007 e analisadas segundo critério de avaliação apontados pela Andi.